

Revista
Latino-americana de

**Geografia e
Gênero**

Volume 8, número 2 (2017)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Estudo das Disciplinas sobre Gênero e Sexualidade na Formação Inicial de Professores e Professoras de Geografia

*Estudio de las Disciplinas sobre Género y
Sexualidad en la Formación Inicial de
Profesores y Profesoras de Geografía*

*A Study on the Subjects of Gender and
Sexuality in the Basic Training of Geography
Teachers*

Ruan Pinheiro do Nascimento Faria
Universidade Federal de Goiás – Brasil
ruan.naufaria@gmail.com

Alecsandro J. P. Ratts
Universidade Federal de Goiás – Brasil
alex.ratts@gmail.com

Como citar este artigo:

FARIA, Ruan Pinheiro do Nascimento; RATTTS, Alecsandro J. P.. Estudo das disciplinas sobre gênero e sexualidade na formação inicial de professores e professoras de geografia. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 2, p. 242-262, 2017. ISSN 2177-2886.

Disponível em:
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Estudo das Disciplinas sobre Gênero e Sexualidade na Formação Inicial de Professores e Professoras de Geografia

Estudio de las Disciplinas sobre Género y Sexualidad en la Formación Inicial de Profesores y Profesoras de Geografía

A Study on the Subjects of Gender and Sexuality in the Basic Training of Geography Teachers

Resumo

Em meio as atuais discussões políticas a respeito da educação e do currículo, é que promovemos no âmbito do curso de formação inicial em Geografia, o debate sobre a diversidade sexual, sobretudo, a não-heterossexual, presente entre estudantes, docentes e funcionários do espaço escolar. O objetivo da pesquisa é investigar a presença de disciplinas no currículo de Geografia que abordam temas de gênero e sexualidade. Com recorte ao espaço escolar, observamos que as relações de poder da heteronormatividade são, sem questionamentos, institucionalizadas na prática escolar diária. Sendo percebidos pelos movimentos sociais, os estudos de gênero e sexualidade estiveram no cerne de discussões sobre a educação brasileira, incluindo a Geografia para reconhecimento e inserção da temática em suas abordagens.

Palavras-Chave: Geografia; Gênero; Sexualidade; Espaço Escolar; Formação Inicial.

Resumen

En medio de las actuales discusiones políticas sobre la educación y el currículo, promovemos en el marco del curso de formación inicial en Geografía, el debate sobre la diversidad sexual, sobre todo la no-heterossexual, presente entre estudiantes, docentes y funcionarios del espacio escolar. El objetivo del estudio es investigar la presencia de disciplinas en el currículo de geografía que abordan temas de género y sexualidad. Con el foco en el espacio escolar, observamos que las relaciones de poder de la heteronormatividad son institucionalizadas sin cuestionamientos en la práctica diaria escolar. Siendo percibido por los movimientos sociales, los estudios de género y sexualidad estuvieron en el corazón de discusiones sobre la educación brasileña, incluyendo la geografía para el reconocimiento e inserción de la temática en sus abordajes.

Palabras-Clave: Geografía; Género; Sexualidad; Espacio Escolar; Formación Inicial.

Abstract

Amid the current political debate about education and curriculum we decided to promote within the basic training course in Geography, a discussion on sexual diversity, especially non-heterossexual, among students, teachers and staff in the space of school. The aim of this research is to investigate the presence in the geography curriculum, of subjects dealing with gender and sexuality issues. Observing the school space, we noted that the power of heteronormativity has been institutionalized in school daily practice. Since they are perceived by social movements, gender and sexuality studies were at the heart of discussions on the Brazilian education, including geography for recognition and inclusion of the subject in their approaches.

Keywords: Geography; Gender; Sexuality; School Space; Basic Training.

Ruan Pinheiro do Nascimento Faria, Alecsandro J. P. Ratts

243

Introdução

*Porque, descoberta a própria identidade, o ser é e não retrocede.
(Clarice Lispector)*

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a análise da formação inicial de professores e professoras de Geografia, com ênfase na discussão de gênero e sexualidade. Nessa perspectiva, ressalto o objetivo desse estudo em analisar o currículo do curso de Geografia a fim de identificar onde e como aparecem temas de gênero e sexualidade, e em quais referências teóricas e bibliográficas se apoiam.

A escolha do tema surgiu pela minha atuação na Rede Estadual de Educação do Estado de Goiás, onde percebi o silêncio existente em torno das discussões dos estereótipos de gênero na escola, resultando na intolerância para com aqueles e aquelas que não são vistos como 'normais', ou seja, nos supostos padrões da heteronormatividade¹. Portanto, indago: o espaço escolar não aborda questões de gênero e sexualidade, por serem poucas ou inexistentes a presença desses temas na formação inicial de docentes?

Como metodologia, o trabalho tem uma exposição qualitativa utilizando os procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. A primeira diz respeito à leitura de autoras e autores que tratam do tema na ciência Geográfica e áreas afins. A segunda consiste no levantamento dos currículos de alguns cursos de Geografia e de planos de ensino de algumas disciplinas relativas ao tema da pesquisa. Estas disciplinas são selecionadas a partir da rede de docentes ligada ao Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades, do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás (LaGENTE/IESA/UFG), identificando os Campus e coletando dados por meio de e-mails dos e das responsáveis das disciplinas.

No contexto teórico, procuro discutir a concepção geográfica de gênero e sexualidade ligada ao espaço escolar, à formação inicial de professores e às disciplinas da graduação. O artigo está estruturado da seguinte forma: primeiramente, é apresentada uma análise documental a respeito do espaço escolar e da formação de professores e professoras por meio dos documentos oficiais, juntamente com a problemática de gênero e sexualidade na educação; em seguida, a revisão bibliográfica com os principais referenciais teóricos no discurso de gênero e da sexualidade na Geografia, dialogando com os dados

1 [...] Para garantir o privilégio da heterossexualidade – seu status de normalidade e, o que ainda é mais forte, seu caráter de naturalidade – são engendradas múltiplas estratégias nas mais distintas instâncias (na família, na escola, na igreja, na medicina, na mídia, na lei). Através de estratégias e táticas aparentes ou sutis reafirma-se o princípio de que os seres humanos nascem como macho ou fêmea e que seu sexo – definido sem hesitação em uma destas duas categorias – vai indicar um de dois gêneros possíveis – masculino ou feminino – e conduzirá a uma única forma normal de desejo, que é o desejo pelo sujeito de sexo/ gênero oposto ao seu. Esse alinhamento (entre sexo-gênero-sexualidade) dá sustentação ao processo de heteronormatividade, ou seja, à produção e à reiteração compulsória da norma heterossexual. Supõe-se, segundo essa lógica, que todas as pessoas sejam (ou devam ser) heterossexuais – daí que os sistemas de saúde ou de educação, o jurídico ou o midiático sejam construídos à imagem e à semelhança desses sujeitos (LOURO, 2009, p. 90).

obtidos sobre as disciplinas – obrigatórias ou optativas – ministradas nas Instituições de Ensino Superior (IES) contatadas.

Diagnóstico sobre Gênero e Sexualidade na Educação

[...] a escola brasileira é um espaço de vivência da discriminação, preconceito e exclusão de pessoas que não seguem as normas impostas pela heteronormatividade (JUNCKES e SILVA, 2009, p.150).

Sobre o que estamos falando?

Neste tópico, procuro esclarecer a partir de quais fundamentos teóricos se formulam os conceitos aqui tratados. Percebi nas análises realizadas que estes conceitos aparecem em meio à discussão histórica, social e cultural que o autor e/ou a autora constrói ao longo do texto. Minha preocupação em explicar o que são esses conceitos, claro, sem uma definição única e absoluta, pois também compactuo que estes conceitos são construídos mediante as leituras e contextos citados acima, é de inserir o leitor ou a leitora no entendimento da análise proposta na pesquisa, para se realizar o exercício de crítica à conceituação utilizada.

Outro fator que se insere para o enfoque, logo no início, é que na maioria dos casos os leitores são leigos quanto à distinção dos conceitos, resultado da possível ausência de discussões a respeito, colocando num mesmo ‘balaio’ gênero, identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual. Não que estes conceitos sejam desvinculados um dos outros, pois são fortemente relacionados nas dinâmicas de diversas áreas sociais, se imbricando de modo complementar, mas, que sejam por enquanto, compreendidos em suas particularidades para clarificação.

Contextualizando Conceitos

O conceito de gênero aparece no volume dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da seguinte forma:

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas do sexo. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades a ambos. Mesmo com a grande transformação dos costumes e valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero (BRASIL, 1998, p. 321).

Compreende-se, de acordo com Joana Plaza Pinto (2014), que essa proposta pode ser interpretada como uma promoção de igualdade entre seres humanos e

pluralidade de comportamentos, ações e flexibilização de normas e padrões estipulados pelos estereótipos de gênero. Porém, essa não seria a melhor forma de trabalhar o conceito gênero, segundo a autora, pois a escola e profissionais, no intuito de combater discriminações relacionadas a gênero, não podem descuidar que:

1. As relações de gênero não são binárias (homem X mulher), mas complexas porque construídas em torno de outras articulações de diferença (raça, etnia, classe, geração, etc.);
2. Sendo complexas, as relações de gênero não são universais (todas as discriminações ou estereótipos não são os mesmos), mas se configuram em cada local (espaço) e contexto (história) para produzir diferenças e desigualdades;
3. Sendo complexas e locais, as relações de gênero e suas articulações constituem as interações entre pessoas na escola, no bairro, na cidade, ou seja, as relações de gênero e suas articulações são capilares no tecido social;
4. Sendo complexas, locais e capilares, as relações de gênero não podem ser abordadas por um/a ou outro professor/a da Educação (que professor/a vai discutir esse tema na escola?), mas precisa compor o olhar de todo o corpo profissional escolar, incluindo diretrizes para abordagem do tema em qualquer área temática e de preferência de forma interdisciplinar (PINTO, 2014, p.115).

Nos trechos citados a respeito de gênero, observamos os eixos múltiplos de diferenciação que vêm ocorrendo conforme mudanças de contexto ou aperfeiçoamento analítico. Aos PCNs ainda é preciso uma apreciação e revisão do documento, ao passo que as pesquisas científicas têm avançado quanto à concepção dos conceitos, por exemplo, o de gênero. Não podemos nos esquecer de que, assim como a autora menciona da complexidade das relações de gênero, há meninos e meninas que expressam padrões de masculinidade ou de feminilidade que fogem do modelo hegemônico e são, também, alvo de discriminação e violência.

Quanto a essa fuga dos padrões hegemônicos, o autor Beto de Jesus menciona o conceito de identidade de gênero, chamando atenção na analogia fortemente realizada entre o sexo no nascimento e a postura do sujeito em sociedade esperada:

A identidade de gênero refere-se à experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento. A identidade de gênero inclui o senso pessoal do corpo, no qual podem ser realizadas, por livre escolha, modificações estéticas ou anatômicas por meios médicos, cirúrgicos ou outros. Lembremos, em especial, das pessoas transexuais masculinas e femininas e das travestis. Mas todos nós temos nossa identidade de gênero, pois trata-se da forma que nos vemos e

queremos ser vistos, reconhecidos e respeitados, como homens ou como mulheres (JESUS, 2006, p.16).

Embora no final o autor caia no binarismo homem X mulher, ele defende que, independente de uma identidade de gênero, a pessoa pode apresentar características fisiológicas do sexo oposto ao seu, e ser hetero, homo ou bissexual. Quanto aos transgêneros, travestis ou transexuais, dentre outras identificações, ressalva que, embora se creia, elas e eles não são necessariamente homossexuais, tal como homossexuais não são forçosamente femininos ou ‘afeminados’ e, tampouco, mulheres lésbicas são necessariamente masculinas ou ‘masculinizadas’ (JESUS, 2006).

Há uma insistência nas escolas em tratar gênero e sexualidade como sinônimos, universalizando uma única forma de ser masculino e feminino e promulgando uma perspectiva de orientação sexual, conduzindo um sexo a se relacionar com o oposto. Assim, a problemática levantada nesse trecho é o fato de considerar comportamentos e atitudes que não se enquadram nos estereótipos de gênero. Afirmar que não se pode considerar expressões de masculino ou de feminino a todos homossexuais e heterossexuais homens e mulheres, não contribui para o enfrentamento do preconceito, porque não se restringe à forma de expressão da sexualidade, mas ao fato de se considerar homossexual quem não necessariamente o é.

De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde, 2002), a sexualidade é um aspecto central do ser humano ao longo da vida e inclui o sexo, gênero, identidades e papéis, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e se expressa através de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relações. Embora a sexualidade possa incluir todas estas dimensões, ela é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais.

Defendendo que a sexualidade é muito mais do que a relação sexual no conjunto de aspectos do nosso ser e da nossa vida, Beto Jesus faz sua observação sobre orientação sexual:

A orientação sexual é o sentimento de atração afetiva ou sexual que temos por uma ou várias pessoas. Os seres humanos podem legitimamente se interessar sexualmente pelo sexo oposto, pelo mesmo sexo ou ainda por ambos os sexos. Serão, respectivamente, heterossexuais, homossexuais ou bissexuais (JESUS, 2006, p. 16).

Assim, a orientação sexual é vista pelo autor como a direção ou a afeição do desejo afetivo e erótico, dentro das diversas dinâmicas de expressão e representação. Englobando o conjunto plural das práticas sociais, sexuais e afetivas o conceito de orientação sexual desestabiliza concepções heterocêntricas, naturalizadas, tal como a insistência do termo ‘homossexualismo’ que remete à ideia imposta nos séculos XIX e meados do século XX de patologia e crime.

Em 1973, os Estados Unidos retiram ‘homossexualismo’ da lista dos

distúrbios mentais da American Psychology Association. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia formulou a Resolução 001/99, considerando que ‘a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão’. Por isso, o sufixo ‘ismo’, terminologia referente à doença, foi substituído por ‘dade’, que remete ao modo de ser. Além disso, o termo orientação sexual substitui a noção de opção sexual, por conceber que não se trata de uma opção ou escolha consciente da pessoa o objeto do desejo sexual.

A partir desses conceitos aqui previamente discorridos, começamos a nos interrogar se existe, de fato, uma educação igualitária, que garante o direito de conhecimento e o direito universal quanto aos valores de sexualidade, cultura, raça e etnia. Qual imagem a escola e as disciplinas na formação de docentes passam quando o assunto envolve a nuance da sexualidade? O que tem sido disseminado nas mídias e, por consequência, tem consubstanciando o discurso da sociedade leiga a esses valores em torno de gênero e sexualidade?

O Retrato do Espaço Escolar quando o Assunto é Sexualidade

A escola é inserida num panorama de ações que visa promover igualdade de oportunidades, garantir inclusão e desmistificar toda forma de preconceito, discriminação e violência, principalmente no que se refere a questões da sexualidade. Para tanto, é preciso o conhecimento de conceitos fortemente relacionados, tais como, gênero, identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual, contemplando suas articulações sem negligenciar suas especificidades (HENRIQUES, 2007).

No entanto, as atuais inquietações em torno de sujeitos e das relações entre sujeitos de corpos, gêneros e sexos desviantes no sistema escolar e nas políticas públicas brasileiras de educação, estão atreladas às preocupações tradicionais, ou seja, instituir no espaço escolar a normalização, disciplinamento e ajustamento heteronormativo de corpos, identidades e sexualidades.

Recentemente, entre os meses de junho a agosto de 2015, houve em praticamente todos os estados brasileiros votações nos Planos Estaduais de Educação, onde, segundo o jornal Folha de São Paulo², oito estados excluíram das matrizes escolares referências a identidades de gênero, diversidade e orientação sexual. Por pressão da bancada religiosa, e com apoio das igrejas evangélicas e católicas, trechos com metas de combate à ‘discriminação racial, de orientação sexual ou à identidade de gênero’ foram vetados. A alegação foi de que essas metas estariam na condição de serem expressões que valorizam uma ‘ideologia de gênero’, deturpando os conceitos de homem e mulher, corrompendo o modelo tradicional de família.

Não sendo um caso isolado, as ações dos deputados estaduais, mais cedo ou mais tarde, chegaram às instâncias municipais, como ocorreu em Goiânia³. Fato noticiado anteriormente ao dos deputados se atentarmos as datas, o que nos deixa em alerta; já ocorriam conversas nos bastidores políticos sobre a

2 Por pressão, planos de educação de 8 Estados excluem ‘ideologia de gênero’. BRITTO, Patrícia; REIS, Lucas. 25/06/2015.

3 Ensino sobre orientação sexual nas escolas gera polêmica em Goiânia. 22/06/2015.

exclusão desses temas na educação. As intervenções não estiveram muitos distantes das citadas antes, ao item que prevê o ensino de gênero, sexualidade e orientação sexual para alunos e alunas da rede pública de ensino foram excluídos do Plano Municipal de Educação.

Mais uma vez, de acordo com o portal G1 que cobriu a votação, representantes religiosos estiverem presentes na Câmara Legislativa. Afirmando que a inserção de ideologias dessa natureza é errônea ao ser desenvolvida na escola. A vereadora Célia Valadão (PMDB) faz sua argumentação, constatando que se estaria negando o que é “natural, da vida, da biologia, da nossa religião cristã e, naturalmente das nossas famílias”. Outro representante do pensamento religioso, o padre Cleidmar Moreira, disse: “Queremos que retirem a ideologia de gênero, onde a criança deixa de ser homem ou mulher e é chamada de indivíduo”.

Nos dois casos mencionados, houve também a participação de representantes contrários à exclusão dos temas nas votações, no entanto atentemos a forma como estes grupos foram mencionados nas reportagens. No primeiro caso, a Folha de São Paulo diz: “Já os que defendem a manutenção dessas referências dizem que as escolas precisam estar preparadas para combater a discriminação de gênero e para dar formação básica sobre sexualidade”. Menciona em outro parágrafo: “O secretário de educação da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), Toni Reis, discorda: ‘Os valores têm que ser dados pela família, mas a escola não pode permitir discriminação’, afirma”.

São com base nesses acontecimentos contemporâneos que podemos ver, ouvir e sentir o quanto parte significativa da população ainda é intolerante e arcaica quando o assunto a se discutir tange as questões de gênero e sexualidade. Dessa forma, a escola, como espaço de construção de formação dos sujeitos, corpos e identidades, é um local de questionamento das relações de poder e de reflexão dos processos sociais produtores de desigualdades, opressão e sofrimento. Importante, portanto, discutir que concepções curriculares e quais rotinas escolares têm se preservado, problematizando a partir de uma perspectiva crítica as hierarquias sociais opressoras, relações de poder e processos de exclusão (HENRIQUES, 2007, p. 9).

Assim, é fundamental questionar quais estão sendo os investimentos para formação inicial de professores e professoras a contemplar esses conteúdos não só do currículo escolar, mas do cotidiano: o que tem sido difundido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais a respeito do questionamento de gênero e sexualidade no ensino? Como esses documentos são analisados no processo de construção de conhecimento sobre gênero e sexualidade no ensino pelos responsáveis das disciplinas acadêmicas? O que os alunos e alunas da graduação trazem de contribuição para esse debate quanto a sua formação?

Gênero e Sexualidade nos PCNs e outros Documentos Curriculares

A inclusão das temáticas de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, na educação brasileira, tem uma perspectiva voltada a valorização da igualdade de gênero e promover atitudes de respeito e reconhecimento da diversidade sexual. Questões sobre gênero, tratando especificamente das

mulheres, são mais aceitas e conseguem resultados melhores em relação à discussão da sexualidade ou da orientação sexual. Resultados estes do empenho dos movimentos feministas e LGBT que tiveram, a partir da década de 1970, ações dentro do espaço escolar, implicando em discussões sobre a necessidade de haver pedagogias feministas ou práticas educativas não-sexistas (HENRIQUES, 2007).

Os cadernos intitulados Temas Transversais, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental, disponibilizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1998, são a única referência oficial que tratam das temáticas referentes a gênero na educação (HENRIQUES, 2007). Sendo esse tópico discutido ao lado dos temas Corpo Humano e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis, percebe-se uma alusão de contextualização voltada para o campo da saúde, ou seja, educação sexual, excluindo o tema de diversidade sexual. As inquietações das sexualidades, das homossexualidades, das transexualidades, das identidades e expressões de gênero por mais antigas que são dentro do espaço escolar, só aparecem no final dos anos 1980, nos debates entre a escola e a Universidade, a fim de esclarecer dúvidas problematizando as argumentações que somente falavam da prevenção ao HIV (vírus da imunodeficiência humana)/AIDS, de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e de gravidez precoce. Os discursos tratados nos conteúdos não apontavam para a liberdade de expressão, reconhecimento de direitos sexuais e a sexualidade como fator de construção de conhecimento (HENRIQUES, 2007).

No final dos anos 1990, o grupo LBGT se movimenta para o enfrentamento da homofobia no espaço escolar, compreendendo que a escola é lugar privilegiado para formação cidadã e de luta contra preconceitos. Campanhas com apoio do Programa Nacional DST e AIDS, de secretarias estaduais e municipais de saúde e educação, foram realizadas procurando situar o discurso da cidadania, mesmo que os diálogos tendiam a continuar na prevenção da AIDS e as DSTs. Somente em 1996, o MEC inclui a sexualidade, como tema transversal, nos PCNs do Ensino Fundamental. No entanto, continua com o discurso de combate a AIDS e DSTs, fugindo do ensejo de aprofundar os debates em termos críticos e inovadores (HENRIQUES, 2007, p. 14), deixando de lado o foco da emancipação e o reconhecimento dos direitos sexuais.

Contudo, os movimentos sociais continuaram na luta pela conquista de direitos e políticas educacionais brasileiras que reconheça as diferenças e supere preconceitos. Em 2004, o 'Programa Brasil Sem Homofobia' e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres são elaborados e difundidos, nos quais o primeiro tem sido organizado com objetivo de promover a cidadania e os direitos humanos LGBT, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e a discriminação homofóbica. O segundo trata de vários eixos de atuação como, por exemplo, a educação inclusiva e não sexista, colocando como prioridade a inclusão de aspectos de identidade de gênero nas políticas social e cultural dos direitos humanos.

Em 2007, o governo brasileiro lançou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, procurando se adequar ao Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH), de 2005. O documento coloca para o espaço escolar valores da inclusão e pluralidade, tendo como desafio:

Ruan Pinheiro do Nascimento Faria, Alessandro J. P. Ratts

- a) criar uma cultura universal dos direitos humanos; b) exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) e a solidariedade entre povos e nações; c) assegurar a todas as pessoas o acesso à participação efetiva em uma sociedade livre (HENRIQUES, 2007, p. 25)

O desafio posto para a escola é de que o/a estudante interaja não somente com o ensino, mas com tudo que serve para sua formação cidadã. Junckes e Silva (2009, p. 151) nos lembram de que é na escola onde “[...] os alunos relacionam-se, apaixonam-se, desenvolvem afetos bons e ruins, admiração, formam caráter e organizam muitos outros elementos que servem de base para a vida adulta cidadã”, e se a escola não estiver preparada para essa função ela seguirá a norma imposta que rege a exclusão, discriminação e preconceito às pessoas que não se encaixam na heteronormatividade.

Essa constatação resultou na promoção de discussões sobre a necessidade da inclusão no ensino, reflexões sobre a sexualidade, sob perspectiva feminista e não-sexista pelo MEC. No entanto, ao lermos os cadernos de Temas Transversais, dos PCNs para o ensino fundamental, documento oficial relativo a gênero e sexualidade no campo educacional, observamos que é tratado por meio de três vieses: Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. (BRASIL, 1998). A busca da inserção da diversidade sexual na educação é centrada na:

[...] materialização das propostas, que discutem e denunciam marcas e linguagens heteronormativas, homofóbicas, sexistas, discriminatórias em gênero e sexualidades, centram nos movimentos sociais, militância, esforços pessoais e coletivos, alguns no âmbito institucional (universidades e centros de formação profissional) [...] (NICOLINO; LEITE; LARA, 2013, p. 105).

Percebemos no tema orientação sexual o abandono da proposta que previa a emancipação e o reconhecimento dos direitos sexuais. Em um projeto voltado à prevenção de DSTs, AIDS e gravidez na adolescência, se perde a diretriz que pressupunha considerar a contraposição dos estereótipos de gênero, raça e cultura ligados à sexualidade. Assim, os Temas Transversais necessitam ser inseridos junto ao contexto do conteúdo que está sendo trabalhado em conjunção com os alunos, e não serem tratados separadamente do currículo formal.

Nesse sentido, é preciso entender em que medida a formação de professores tem proporcionado os profissionais da educação o conhecimento sobre as questões de gênero e sexualidade. Na sala de aula, será indispensável que se conheça a história das diversas etnias e suas condições socioeconômicas no Brasil, os processos de preconceito e exclusão de mulheres, negros, homossexuais, travestis e demais excluídos. Dessa forma, Paula e Nascimento (2013) reforçam que:

Por isso, é importante, que, além dos cursos de especialização, também a graduação capacite os futuros docentes juntos a estas temáticas para que o futuro professor seja capaz de estabelecer uma postura idônea e democrática junto à diversidade étnica, de gênero e sexual, que irá encontrar em sua prática cotidiana (p. 53).

A Geografia, uma ciência cujo compromisso com a compreensão da diferenciação espacial e com seus mecanismos de exclusão, promove pela capacidade de problematizar o espaço dentro de suas particularidades, a discussão da pluralidade de relações socioespaciais. Destaco, para tanto, a contribuição desta pesquisa para a Geografia, propondo na formação inicial de professores melhoria quanto às concepções dos geógrafos no que tange aos temas de diversidade de gênero e sexualidade. Entretanto, quais disciplinas do curso de Geografia tratam e discutem sobre gênero e sexualidade? Em que medida a omissão, ou falta de orientação destes temas na graduação, ocasiona na perpetuação da discriminação e pré-conceitos no espaço escolar?

Gênero e Sexualidade na Geografia

Partindo da afirmação de que a Geografia está em toda parte, as discussões sobre gênero, sexualidade e espacialidade podem ser um interessante caminho para que levantemos nossos olhos de nosso pequeno mundo, para este grande, rico e complexo mundo (ORNAT, 2008, p. 310, grifos do autor).

Abordagens Geográficas de Gênero e Sexualidade

O ensino é, para a maioria de nós, uma parte importante do nosso trabalho, uma atividade que implica em mudanças da sociedade em geral e compõe a base para preparar futuros profissionais da Geografia. Contudo, ‘o que’, ‘como’ e ‘quem’ tem ensinado sobre gênero e sexualidade na academia, promovendo debates sobre prioridades e política, elevando as perspectivas geográficas ao campo das sexualidades? Sobre esses questionamentos Janice Monk, em seus estudos, reforça com outras perguntas, a saber:

[...] O ensino geográfico sobre gênero deveria ou pode ser incluído no nível educacional abaixo do nível universitário? Dentro das universidades, ele deveria ser limitado a cursos de estudantes que se especializam em geografia ou aberto para estudantes em geral, tais como aqueles em programas interdisciplinares? Devem ser incluídos temas de gênero em cursos de geografia humana geral ou apenas em cursos especializados de gênero? No mestrado e doutorado? Quem toma tais decisões? Na geografia feminista, reconhecemos que o contexto importa. Então, como é que o contexto influencia o ensino? Quais resistências e apoios existem para a inovação? Que recursos são disponíveis? Como lidamos com um grupo diversificado de

estudantes? Que estratégias pedagógicas são apropriadas para lidar com as diferentes atitudes, valores e experiências que os alunos trazem? [...] (MONK, 2011, p. 95).

Parece existir, como levanta a autora, mais perguntas do que respostas no que envolve o tratamento de gênero e sexualidade no ensino, até mesmo na academia no processo de formação inicial e continuada de professores e professoras de Geografia. Em busca de soluções alternativas para os pontos acima, endosso a necessidade de reflexão teórica com enfoque geográfico sobre as realidades e perspectivas do discurso sobre espaço, gênero e sexualidades que buscam compreender o poder e resistência na composição espacial face à diversidade de gênero.

Estas autoras e estes autores defenderem serem necessárias políticas educacionais que tratem da sexualidade a partir do respeito à diversidade de gênero, evidenciando que o espaço escolar acaba sendo um dos locais de maior discriminação e reprodutor do discurso da heteronormatividade. Constatação essa que é indagada por mim, como sendo poucas ou inexistentes o esclarecimento na formação inicial de docentes em Geografia sobre questões de gênero e sexualidade.

Em seus estudos, Janice Monk (2011) menciona que a introdução de perspectivas feministas no currículo de Geografia corrobora as percepções de gênero e estudos críticos na prática docente. Com essa noção os alunos e as alunas refletem sobre suas vidas pessoais, relacionamentos e desafios, pois, não somente o conceito de gênero, mas também nacionalidade, raça, orientação sexual e outros aspectos da diversidade estão presentes na vida das pessoas e podem ser analisados.

Os conhecimentos geográficos básicos oferecem aos alunos e as alunas habilidades para o entendimento das abordagens de gênero nas aulas, desenvolvendo a capacidade de serem críticos. Destaca, ainda, as barreiras quanto à Geografia estar vinculada mais ao âmbito das ciências físicas e naturais ao invés das áreas sociais e culturais, “[...] essa vinculação da Geografia com a natureza constitui uma barreira estrutural para uma inclusão mais ampla da perspectiva de gênero nas práticas de ensino” (MONK, 2011, p. 96).

Questionando o espaço escolar e sua prática, Lúcia Facco (2011) afirma que a sociedade é constituída por diversidade de culturas, crenças, etnias, estilos de vida, etc., e, assim, a escola como microuniverso social, vai reproduzir, em geral, todas as relações sociais, inclusive as práticas de discriminação. Essa prática costuma estar, segundo a autora, nas ‘entrelinhas’ dos discursos, nas rotinas, nos costumes, perpetuando nas relações sociais por meio da tática silenciosa, que faz com que esses processos pareçam naturais.

Apesar de frustrante, infelizmente, há por alguns e algumas a necessidade de disfarce, ocultando os seus estigmas, por medo da discriminação, pois “[...] ele se sentirá deslocado no ambiente em que está, pois percebe que sua permanência ali, a sua aceitação, se deve ao fato dele mascarar seu estigma. Em outras palavras: fingir ser o que não é, ou fingir não ser o que é” (FACCO, 2011, p. 23). Conclui a autora que a escola é homofóbica, no momento em que não reconhece a afetividade entre pessoas do mesmo sexo, formando cidadãos

e cidadãs que reiteram a homofobia, chamando atenção ao currículo.

Tradicional, transmissor do saber e poder hegemônico, o currículo deve ser, no dia a dia, contornado pelos educadores e pelas educadoras em suas salas de aula, desenvolvendo novas percepções, novas possibilidades de ser e de viver, enxergando o mundo com olhares desvencilhados de preconceitos.

No diálogo da escola e do currículo, Cláudia Santos (2011) também alega o papel da escola como reprodutora de uma determinada ideologia que atende os grupos que se encontram no poder. Criada na função social de estabelecer limites e não favorecer a permeabilidade das fronteiras, a escola busca constituir relações permeáveis entre as instituições e os atores que delas participam.

Etnia, gênero, sexualidade, ideologia, visão de mundo, são algumas das categorias apontadas pela autora que são utilizadas como marcadores sociais da subjetividade mescladas na sociedade e, por conseguinte, na escola. Essas categorias deveriam ser abordadas pelos professores e professoras em sala de aula, mas o que ocorre é:

[...] uma fragilidade da formação inicial dos professores para lidar com essas variantes do currículo [...] tanto a formação inicial como a continuada dos docentes deixam uma lacuna enorme no que tange à relação entre as teorias e as práticas e, sobretudo, o atendimento às subjetividades [...] (SANTOS, 2011, p. 36).

Para tanto, é necessário se ater para a importância de uma educação equânime no que diz respeito às categorias de gênero e sexualidade, voltadas para uma educação para a sexualidade, distante do conceito de educação sexual, buscando observar as individualidades e planejar atividades que contemplem a diversidade que essa dimensão do sujeito pode assumir.

Sobre o planejar atividades que envolvam as temáticas de sexualidade, Sergio Silva (2014) questiona: quem quer e pode falar sobre isso, visto que ainda é um tabu na educação básica? Para tanto, não se pode, de acordo com o autor, pensar na formação do professor e da professora a apenas pela visão acadêmica, ou seja, um licenciado ou uma licenciada para versar sobre um assunto específico ou mais generalista sobre a sexualidade. Quando o assunto tratado está relacionado às feridas sociais mais graves como homofobia, racismo e sexismo, a licenciatura silencia-se, dizem não saber como agir, o que falar, por se tratar de questões tão difíceis.

Seria ousadia em se falar sobre respeito às diferenças, quando nem se vê travestis e transexuais em números representativos no espaço escolar, “[...] a escola precisa discutir a situação do negro, do homossexual, da travesti com mais respeito e atenção. Sem rótulos, sem binarismo” (SILVA, 2014, p. 71). Na figura da autoridade, quem é associado/a na representação social: homem ou mulher? Aprofundando, será que o mesmo podemos dizer desse homem se ele não for branco, ou for pobre e homossexual?

Existem, na opinião de Silva (2014), em Universidades públicas brasileiras, cursos de extensão oferecidos no intuito de possibilitar aos educadores e educadoras adentrar nos temas referentes à sexualidade e às relações de gênero na escola. Há iniciativas de diálogos que promovam outras formas de pensar

Estudo das disciplinas sobre gênero e sexualidade na formação inicial de professores e professoras de geografia

obtendo diferentes encaminhamentos para os temas transversais, sobre o ensino da diversidade sexual e de gênero, sobre as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, dentre outras demandas do universo escolar.

Confirmando a existência de possibilidades em instruir futuros professores e futuras professoras acerca das temáticas em análise, segue os dados sobre as disciplinas e suas bases.

As Disciplinas

Na busca de responder algumas demandas sobre a formação inicial, abordo, nesta etapa, as disciplinas de graduação cujo objetivo é demonstrar que há existência de material com potencial para discutir os temas de gênero e sexualidade, ficando a cargo do curso/departamento/instituto ofertar ou não essas disciplinas.

A iniciativa em pesquisar as disciplinas partiu da necessidade de comprovar a existência no currículo de Geografia o tratamento dos temas de gênero e sexualidade, identificando e aprofundando suas dinâmicas, considerando os aspectos social, cultural e político, partindo da hipótese de que há algum movimento acadêmico em torno dessas questões e não um silêncio total como em tempos anteriores citados por autores e autoras.

Apoiado nas ementas das disciplinas apresentadas no quadro (01), a seguir, de unidades do curso de Geografia (Licenciatura)¹ é que promovo o debate de como tem sido realizado as discussões desses temas, sendo elas: Universidade Federal de Goiás (UFG) - Campus Goiânia e Catalão; Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Campus Anápolis, Itapuranga, Pires do Rio, Quirinópolis; Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Feito esse levantamento, alguns por meio de contato via *email* com os professores e professoras responsáveis pelas disciplinas (pertencentes a uma

Quadro 1: Descrição das Instituições, disciplinas e ementas que abordam gênero e sexualidade na formação inicial de professores/as.

IES	Disciplinas	Ementas
UFG - Goiânia	Geografia, sujeito e cultura	Espaço e poder. Espaço e diferença. Sujeito e consciência do espaço. Espaço, diversidade e movimentos sociais. Movimentos sociais de base territorial (rural e urbana), étnico-racial, de gênero, de condição social, faixa etária e orientação sexual.
UFG - Catalão	Gênero e Práticas sócio-espaciais	Espaço e Poder. Espaço e diferença. Geografia e cidadania. Sujeito e consciência da diversidade na produção do espaço. Geografia e Gênero. Estado, diversidade e movimentos de gênero. Políticas públicas e Gênero. Gênero e Trabalho. O direito à diferença.

4 Com exceção do campus UEG-Itapuranga com uma disciplina do curso de Letras, que será exposto o porquê da sua inclusão na análise dos dados.

Estudo das disciplinas sobre gênero e sexualidade na formação inicial de professores e professoras de geografia

UEPG	Geografia e diversidades : gênero, sexualidade e raça/etnia	Movimentos sociais e ciência; avanço conceitual das diversidades no Campo da geografia; espaço e múltiplas identidades; classe, gênero, sexualidade, raça/etnia; inserção de categorias identitárias e dinâmicas espaciais; espaço, poder e resistências.
UEPG	Geografia Urbana II	O espaço intraurbano: divisão social, econômica e funcional; Processos sociais e formas espaciais do urbano; Os agentes produtores e consumidores do espaço urbano; Movimentos Sociais Urbanos; Urbano, Gênero e Sexualidades.
UNIR	Geografia e Gênero	Geografia e Gênero e seus conceitos. Novas Espacialidades a partir das Relações Sociais de Gênero. As contribuições das Geografias Feministas para Ciência Geográfica. Dinâmicas nas Relações Sociais de Gênero nas políticas públicas, no Mercado de Trabalho, nas Comunicações, na Religião. Empoderamento das Mulheres. Gênero e Geração nos espaços urbanos e rurais.
UEG-Itapuranga-Letras	Cidadania, diversidade e direitos humanos	Diversidade: cultura, gênero, etnia, raça e desigualdade social. Noções sobre a formação da cultura brasileira. Relações étnicorraciais. Respeito e valorização das formas culturais, sociais e individuais. Cidadania: concepções, garantias e práticas. Estado democrático de Direitos, democracias, movimentos sociais e cidadania. Constitucionalismo e direitos: concepção, violações, promoção, defesa e garantias. Evolução do conceito: dos direitos de liberdade ao planetário e a sustentabilidade socioambiental.
UEG-Itapuranga-Geografia	Didática e Prática Docente em Geografia II	A prática reflexiva no Ensino de Geografia. As metodologias para o Ensino de Geografia na Educação Básica. Orientações para planejamento e desenvolvimento de aulas e de projetos nas escolas campo, com acompanhamento do professor-supervisor.
UEG-Quirinópolis	Diversidade, Cidadania e Direitos	Diversidade: cultura, gênero, etnia, raça e desigualdades sociais. Noções sobre formação da cultura brasileira. Relações étnico-raciais. Respeito e valorização das diferenças culturais, sociais e individuais. Cidadania: concepções, garantias e práticas. Estado Democrático de Direito, democracia, movimentos sociais e cidadania. Constitucionalismo e Direitos: concepções, violações, promoção, defesa e garantias. Evolução do conceito: dos direitos de liberdade ao direito planetário e à sustentabilidade socioambiental.

Ruan Pinheiro do Nascimento Faria, Alecsandro J. P. Ratts



Estudo das disciplinas sobre gênero e sexualidade na formação inicial de professores e professoras de geografia

UEG- Anápolis e Pires do Rio	Geografia Cultural	Gênese e evolução da Geografia Cultural. As possibilidades de leitura da cultura pela geografia: o lugar, a paisagem e o território. A questão das identidades sócio-territoriais, as relações de poder que lhes são inerentes e as dimensões do global e do local no seu processo de constituição. Temas possíveis e propostas metodológicas de leitura da cultura pelo espaço e no espaço. Os estudos culturais e as perspectivas multiculturalistas no ensino de geografia.
------------------------------	--------------------	--

Fonte: Levantamento pessoal. FARIA, 2015.

rede em que se situa o LaGENTE⁵), outros com busca *online* nos *sites* das instituições, em que se procurou conhecer as propostas nas Universidades públicas de qual tem sido o tratamento de gênero e/ou sexualidade, identificando e compreendendo quais orientações existem para a formação inicial de docentes.

Assim, apresentamos, no quadro abaixo (02), os objetivos dos planos de ensino ao qual foram encaminhados pelas professoras e pelos professores, e a seguir analisamos as propostas e ações de cada campus ou unidade, de acordo com as informações disponibilizadas:

Apreciação dos Dados

Tendo por referência o diálogo com alguns/as professores/as via *email*,

Quadro 2: Descrição dos objetivos geral do plano de ensino disponibilizado pelos/as docentes.

Instituições	Objetivos
UFG - Goiânia	Discutir a relação entre geografia, sujeito e cidadania. Abordar a formação, diversidade e organização dos movimentos sociais, especialmente em sua dimensão espacial.
UFG - Catalão	Possibilitar elementos para a compreensão das relações de produção e reprodução do espaço que envolve poder, direitos e gênero.
UNIR	Possibilitar um aprofundamento da temática – Geografia e Gênero - a fim de que todos e todas se sintam cada vez mais capazes de compreender as contribuições das Geografias Feministas na Ciência Geográfica.
UEG- Itapuranga- Letras	Apresentar elementos teóricos e discussões que abarquem as políticas sobre a diversidade de gênero, diversidade sexual, raça/etnia como fundamentos dos chamados direitos humanos.
UEG- Itapuranga- Geografia	Compreender os aportes teórico-metodológicos da didática que contribuem para prática docente no Ensino de Geografia. Desenvolver competências e habilidades necessárias à prática docente no Ensino de Geografia; Identificar caminhos para o Ensino de Geografia a partir da diversidade.

Fonte: Levantamento pessoal. FARIA, 2015.

5 A rede se refere aos professores colaboradores da educação básica e superior, acadêmicos de graduação e pós-graduação que têm pesquisas e orientação vinculados ao Laboratório e ao coordenador Prof. Dr. Alex Ratts.



algumas informações sobre o currículo do curso e da disciplina foram repassadas, atendendo a uma das solicitações sobre a existência da atuação e vigência do material disposto. Procurei conhecer e compreender o trabalho desenvolvido por cada campus, os objetivos para implementação, realização e manutenção de tais disciplinas sobre gênero e sexualidade na graduação.

A disciplina optativa 'Geografia, sujeito e cultura' da UFG – Goiânia, é, segundo o Prof. Dr. Alex Ratts, uma proposta de 2005, que busca discutir a partir do objeto da Geografia, o espaço, as diversidades étnicorracial, de gênero, de condição social, faixa etária e orientação sexual. Essa disciplina estava integrada no conjunto ofertado no período de férias/recesso do curso de Geografia. Atualmente, a disciplina não está sendo ofertada.

No campus de Catalão da UFG, é ofertada como núcleo livre a disciplina Gênero e Práticas sócio-espaciais, sob a responsabilidade da Prof.^a Dr. Carmem Lúcia Costa, com viés de abordagem voltada para a análise da mulher e sua relação com os diversos espaços e sua militância. A professora Carmem Costa informa que há, também, no curso de História da Regional Catalão e Ciências Sociais outras disciplinas de Gênero, todas de docentes membros do Dialogus/UFG/CNPq, a qual a professora coordena.

Na UEPG, de acordo com o Prof. Dr. Marcio Ornat, no currículo 4⁶ do curso, a disciplina chamada 'Geografia e Diversidades: gênero, sexualidade e raça/etnia' era obrigatória. Com foco nas ações dos movimentos sociais, procurava estabelecer um diálogo com os conceitos geográficos espaço, poder e resistência dentre as categorias das múltiplas identidades: classe, gênero, sexualidade, raça/etnia. Contudo, na reforma curricular, esta disciplina foi transformada em diversificação e aprofundamento, ou seja, disciplina eletiva, que são escolhidas pelo acadêmico dentre as disciplinas ofertadas nos demais currículos dos cursos superiores, a título de complementação da carga horária exigida pelo curso. Mas, as discussões também passaram a fazer parte de forma obrigatória, da ementa de 'Geografia Urbana' no currículo 5, agora analisando onde e como os gêneros e as sexualidades utilizam o espaço urbano.

A Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Silva Nascimento e Silva, docente da UNIR, enviou o plano de ensino sobre a disciplina 'Geografia e gênero' e, mesmo sem maiores informações, algumas considerações podem ser feitas quanto ao objetivo geral. Ao possibilitar aos graduandos e graduandas, por meio das leituras e discussões um aprofundamento da temática, a intenção é de apresentar e discutir com discentes as produções científicas do pensamento feminista na ciência geográfica. Desse modo, pretende-se que todos e todas se sintam cada vez mais capazes de compreender a dinâmica do espaço em meio às análises de gênero, para que quando estiverem em sala de aula, introduzam o questionamento de gênero na Geografia e nos estudos críticos.

Na UEG – Itapuranga, temos, além da disciplina obrigatória referente ao curso de Geografia, 'Didática e Prática Docente em Geografia II', uma do curso de Letras, 'Cidadania, diversidade e direitos humanos'. A inclusão dessa disciplina na pesquisa se deve a Prof.^a Dr.^a Lorena Souza, colaboradora do LaGENTE, que desenvolve sua prática docente com base em suas pesquisas

6 Currículo pleno do curso superior de graduação; Grade de formação.

realizadas na graduação e pós-graduação. Na disciplina do curso de Geografia, fica bem claro como uma formação alicerçada no discurso da diversidade contribui para uma prática docente com os mesmos princípios, pois, em muitos casos, a discussão de gênero e sexualidade fica ausente das disciplinas competentes à formação de professores. Como professora da disciplina 'Didática e prática docente em Geografia', Lorena Souza afirma tratar desta demanda, apresentada no quadro dos objetivos, onde procura identificar caminhos para o ensino de Geografia a partir da diversidade.

De acordo com a professora Lorena Souza, no ano letivo de 2015, ela havia ministrado a disciplina 'Cidadania, diversidade e direitos humanos no curso de Letras. Porém, a partir do ano de 2016, a mesma se estenderá aos demais cursos, por ser disciplina de núcleo comum. Antes da existência dessa disciplina, Lorena Souza alega não haver nada que formalizasse no currículo o tratamento da 'diversidade' na graduação em Geografia, portanto, a disciplina 'Cidadania, diversidade e direitos humanos' foi um avanço para a realidade das UEGs, de acordo com a professora.

No campus da UEG em Quirinópolis, a disciplina obrigatória 'Diversidade, Cidadania e Direitos' confirma a observação da professora Lorena Souza quanto ao avanço das unidades da UEG no tratamento da diversidade na graduação em Geografia. O objetivo é de inserir discentes na formação da cultura brasileira, por meio de elementos que versam sobre o respeito e valorização da cultura, do gênero, etnia, raça e desigualdades sociais.

As unidades de Anápolis e Pires do Rio da UEG ofertam a disciplina 'Geografia Cultural', trabalhando com as identidades socioterritoriais, as relações de poder que lhes são inerentes e as dimensões do global e do local, possibilitam a interpretação da cultura pela Geografia, abordando os conceitos de lugar, paisagem e o território. De acordo com a ementa, os estudos têm perspectiva instrutiva no ensino de Geografia Cultural.

Considerações Finais

Disciplinas que versam sobre gênero e sexualidades, como componente do currículo acadêmico, têm suma importância na dissolução de tabus, preconceitos e práticas discriminatórias. A pesquisa sobre as disciplinas do curso de Geografia que abordam os temas referentes a gênero e sexualidade na formação inicial de professores, demonstrou que existem, no campo acadêmico, possibilidades de discussão. Contribuições do campo da chamada Geografia feminista para o campo da Geografia Cultural durante os anos 1990, período mais fértil no desenvolvimento da perspectiva feminina na Geografia, questionaram as intensas relações de poder do conhecimento científico.

O objetivo da produção científica, neste período, esteve comprometido com o fornecimento da “compreensão das relações de gênero e espaço e com o fornecimento de um conhecimento que seja útil na luta pela equidade social” (SILVA, 2009, p. 118). O recorte socioespacial é parte instituinte da análise para se compreender como o espaço constitui e reproduz, entre os sujeitos, identidades e, ao mesmo tempo, as repassa para a comunidade local.

Trazendo à tona o espaço escolar como mantedor de uma ordem heteronormativa, foi possível averiguar como a ciência geográfica tem

analisado esse espaço quanto ao poder de reverter o quadro preconceituoso e discriminatório. É sabido que o espaço escolar tem, em sua estrutura, diversos sujeitos, cada um com suas individualidades, exigindo do/a profissional da educação conhecimento para que saiba lidar com as diferenças.

São diferenças que, embora tente se negar, permeiam o campo da sexualidade, de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, étnicorracial, dentre outras, frequentemente vivenciadas na sala de aula, no pátio, na quadra de esportes. Uma formação docente que trate dos conceitos citados acima proporciona por parte dos e das profissionais ou da instituição escolar ação emancipatória diante das mais corriqueiras cenas de assédio moral e discriminação contra estudantes LGBT, por exemplo. Outro traço é o apoio à inserção de travestis e transgêneros, elas enfrentam obstáculos para se matricularem, participarem das atividades pedagógicas, de terem suas identidades respeitadas, de fazerem uso dos espaços na instituição (por exemplo, os banheiros) e preservar sua integridade física.

Questões que consideram a transversalidade nas políticas públicas educacionais, atreladas às relações de poder, desigualdade, construção de sujeitos, corpos e identidades, nas mais variadas expressões, devem estar presentes no currículo de formação. Além de mediar conteúdos, é importante manter um amplo debate sobre o reconhecimento das diversidades como norteadores de uma política educacional inclusiva e de qualidade, envolvendo as disciplinas denominadas da educação/didática. Exigindo a construção de feminilidades e masculinidades com referências mais plurais e mais sensíveis à superação das desigualdades de identidades nas relações escolares.

Um papel crucial no entendimento de processos de sociabilização no espaço – tempo, a Geografia pode – e deve – servir para refletirmos o uso, acesso e circulação no espaço sobre as possibilidades de minimização das desigualdades e injustiças sociais. É a partir de uma postura reflexiva na prática investigativa geográfica que será possível produzir um saber igualitário, capaz de dialogar com as pessoas que produzem e fazem Geografia na sua existência cotidiana.

Interpretações que perpassam a realidade socioespacial, dialogando com os outros campos da Geografia e produzindo pluriversalidades espaciais. Aspectos como o corpo e suas representações criadas pelos seres humanos, criam valores culturais na estrutura socioespacial, ampliando a complexa discussão entre corpo vivo e espaço. Portanto, refletir sobre o conhecimento geográfico e sobre suas relações com conceitos vinculados à diversidade, fortalece e dissemina perspectivas investigativas na análise espacial de gênero e sexual.

Reflexão que quer o envolvimento do corpo, pois, as experiências da sexualidade são vinculadas, fundamentalmente, ao corpo. “O lócus da construção das identidades é o corpo. Ali se inscreve e, conseqüentemente, se pretende ler a identidade dos sujeitos” (LOURO, 2000, p. 71), em detrimento da constante vigilância para os corpos, a fim de seguirem, como nos lembra a autora, uma identidade referência: o homem branco, heterossexual, de classe média, urbano e cristão. O corpo que pouco tem referências quanto a sua presença no espaço escolar, pois sua evidência pode trazer ao campo de visão corpos que fogem dos padrões hegemônicos, constringendo discentes e

docentes, sendo que os/as graduandos poucas vezes abordaram esse tema em sua formação inicial (hooks, 2001).

Nessa expectativa, é que ressalvo a importância da formação inicial de professores/as em aproximar, nos diferentes momentos da graduação, os temas de gênero e sexualidade. Que não se restrinja às disciplinas específicas, quando houver, mas também às disciplinas que envolvem a discussão dos PCNs, políticas educacionais, metodologia do ensino, elaboração e aplicação em escolas campo de plano de aulas – Estágio Docente Obrigatório.

Referências

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FACCO, Lucia. A escola como questionadora de um currículo homofóbico”. In: SILVA, Maria Joseli; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da (Org.). **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 19 - 29.

HENRIQUES, Ricardo et al (Org.) **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília: MEC/SECAD, 2007.

hooks, bell. Eros, erotismo e a processo pedagógico. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 113 – 123.

JESUS, Beto et al. **Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2008.

JUNCKES, Ivan Jairo; SILVA, Joseli Maria. Espaço escolar e diversidade sexual: um desafio às políticas educacionais no Brasil. **Revista de Didáticas Específicas**, nº1, p. 148 - 166, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília-DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 85 - 93.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 7 - 34.

MONK, Janice. Colocando gênero na geografia: política e prioridades. In: SILVA, Maria Joseli; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da (Org.). **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 87 – 104.

NICOLINO, Aline da Silva; LEITE, Jaciara Oliveira; WANDERLEY, Lara (Org.). **Educação sexual em Goiás**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2013.

ORNAT, Marcio Jose. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terr@Plural**, v. 2, n.2, p. 309 -322, 2008.

PAULA, Marise Vicente de; NASCIMENTO, Eduardo Antônio Araújo de. Geografia, Gênero e Educação: novas perspectivas para velhas realidades. In: COSTA, Carmem Lúcia; SANTOS, Heliany Pereira; PAUL, Marise Vicente de. **Gênero, educação e trabalho**. Goiânia: FUNAPE, 2013, p. 45 - 57.

SANTOS, Cláudia Reis dos. Borrando fronteiras: uma visão ampliada entre sexualidades e escolas. In: SILVA, Maria Joseli; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da (Org.). **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 31 - 41.

SILVA, Joseli Maria. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino”. In: SILVA, Joseli Maria. (Org.) **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 115 - 133.

SILVA, Sergio Luiz Baptista da. Sexualidade na escola: quem quer e pode falar sobre isso? In: FERREIRA, Aparecida de Jesus; JOVINO, Ione da Silva; SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira (Org.). **Um olhar interdisciplinar acerca de identidades sociais de raça, gênero e sexualidade**. Campinas-SP: Pontes, 2014, p. 63 – 81.

Recebido em 10 de novembro de 2016.

Aceito em 07 de março de 2017.

Ruan Pinheiro do Nascimento Faria, Alecsandro J. P. Ratts

262